

# MOÇÃO A

## UM SETOR ESTUDANTIL PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE

### **A. DERROTAR A DITADURA DO MEMORANDO: O MAIOR DESAFIO PARA OS ATIVISTAS DA ESQUERDA**

1. No momento em que esta conferência se realiza, Portugal atravessa uma das crises mais profundas de sempre. A tirania da dívida pretende, em nome da salvaguarda do sistema financeiro e da garantia dos juros dos especuladores, pôr os jovens, os estudantes e os trabalhadores a pagar a crise. A política da troika e do governo das direitas protagoniza um gigantesco processo de transferência de riqueza do fator trabalho para o capital, ou seja, dos mais pobres para os mais ricos, através da destruição de direitos fundamentais como o direito à educação, ao trabalho, à cultura ou à saúde. A austeridade aumenta a desigualdade, agrava todas as discriminações. Para agravar ainda mais a situação, o discurso deste executivo vai mais longe e não tem problemas em dizer aos jovens para emigrarem e se desacreditarem da possibilidade de arranjam emprego no seu país. Assim, foi congelado o futuro dos projetos de quem estuda e planeava viver neste país, e são destruídos os direitos e as liberdades de quem nunca foi responsável pela crise e agora é chamado a pagar as irresponsabilidades da burguesia financeira e dos seus representantes no poder político.

2. O desafio para os ativistas da esquerda é hoje maior que nunca: cabe-nos juntar todas as forças para combater estas políticas, organizar na socie-

dade um movimento capaz de derrotar a ditadura financeira que esvazia a democracia, construir em cada espaço onde estamos – na nossa escola, na nossa faculdade, no nosso bairro – uma alternativa contra a austeridade. Juntar todas as forças possíveis para resistir no concreto à destruição de cada um dos nossos direitos. Construir uma força que ponha em ligação todas estas lutas para uma alternativa socialista global à austeridade e ao capitalismo. É essa a responsabilidade que assumimos.

3. Em tempos de ditadura da dívida, todas as opressões e desigualdades se acentuam. É também essa a marca na vida dos jovens e dos estudantes. Se o abandono escolar já era um enorme flagelo social, com as políticas da troika ele agudizou-se, deixando a nu o seu caráter de classe: são os estudantes carenciados os que mais abandonam a escola. Mais, são também os jovens em condições económicas mais frágeis que abandonam o Ensino Superior ou que não perspetivam sequer a sua frequência. É desta maneira crua que se manifesta o rolo compressor das políticas de austeridade. Por seu lado, a solução do governo não podia ser mais clara: pedem-nos emigração ou rendição ao emprego intermitente e à precariedade eterna, deixando clara a ideia de que toda e qualquer alternativa é matéria do passado. É isto que nos querem impor. Sempre lutámos por um futuro com direitos e garantias, continuaremos a fazê-lo ainda com mais força e convicção.

4. Como qualquer política, a austeridade só vence porque convence a maioria das pessoas da sua necessidade inevitável, através do instrumento do medo, da chantagem e da falsa ideia de que só assim teremos um futuro melhor. Para legitimar a destruição dos direitos sociais, dos serviços e das políticas públicas, foi preciso produzir um discurso que nos responsabiliza pela crise e que nos convoca a responder a ela de forma individualizada e atomizada. O desemprego surge não por ausência das políticas de emprego mas por ausência geral de voluntarismo, trabalho, competitividade, e capacidade empreendedora de criarmos o nosso próprio trabalho.

5. Uma estratégia socialista de resposta à ditadura da dívida e à institucionalização de poderes não eleitos democraticamente, que hoje se materializam no memorando da troika, tem de passar por um projeto global de transformação da sociedade. Só pensando, imaginando, sonhando e construindo uma ideia de sociedade diferente é possível hoje resistir aos ditames da troika e dos credores. Resistimos e combatemos a organização económica, política e social da sociedade na qual intervimos. O nosso projeto é o Socialismo. Procuramos uma alternativa feminista, anticapitalista, ecologista, antimilitarista a esta sociedade. Disputamos culturalmente as ideias dominantes e procuramos um novo senso comum, para uma sociedade livre de opressões. Para isso procuramos, sem sectarismos e partindo do nosso compromisso com a necessidade imperiosa de transformação, maiorias sociais que permitam inverter o rumo da política em sectores estruturais. O centro da luta social é a troika e o seu memorando. Juntamos todas as forças para o mais importante combate da história da nossa democracia.

## **B. VOLTAR À ESCOLA DE ANTIGAMENTE: O PROJETO REGRESSIVO PARA A ESCOLA PÚBLICA**

1. No domínio da educação, à agenda liberal soma-se agora uma conceção conservadora sobre a escola e o ensino. O projeto da Direita unida, personificado em Nuno Crato, passa pela diferenciação de percursos e de vias, pela recuperação de um ensino autoritário, pelo monopólio do exame como forma de avaliação, pelo desprezo pela pedagogia e pelos espaços de aprendizagem informal, pela expulsão para fora do espaço da escola do mundo da vida, da sexualidade e da sua discussão, das dimensões da participação política e da vivência democrática interna. A luta por uma visão da escola como espaço de liberdade é um confronto quotidiano contra o conservadorismo do Governo. A contra reforma que o ensino público hoje vive não passa de um processo de higienização da educação, concretização de um velho projeto da direita conservadora portuguesa. A hierarquização dos saberes, onde as humanidades e as artes são colocadas em segundo plano, o fim da formação cívica e da área de projeto como sendo áreas menos importantes do que o português e a matemática, e o esquecimento da educação sexual como formação fundamental para e na cidadania são os principais exemplos da disciplinarização da pedagogia e da tecnocratização do ensino. Combinado com esta mudança de paradigma, a ditadura da dívida abre portas aos mega agrupamentos, ao despedimento de milhares de professores e funcionários e à precarização das relações laborais nas escolas.

2. Crato executa toda a visão conservadora para a educação. Submete-a à lógica contabilista da troika e vai além (800 milhões de corte no orçamento do ministério), atacando todos os pilares de uma educação de qualidade e plural. O ataque ao ensino artístico não acontece por acaso, é estratégico e insere-se num programa de ataque à cultura seguido pelo governo. A imposição dos exames é a marca do facilitismo conservador que, assente no discurso da exigência, submete anos de aprendizagem a um exame escrito. Se os exames são condição de igualdade num contexto em que estudantes do público e do privado competem por vagas na universidade, a centralidade dos exames na avaliação significa um

retrocesso no processo educativo, que homogeneiza o conhecimento e a cultura certificada pelo estado a todo o território.

3. Os cortes na educação põem em causa o serviço público e a igualdade. Despedimento massivo de professores, precariedade de funcionários, progressiva privatização de serviços, reorganização das escolas com concentração em mega-agrupamentos, são elementos que degradam as condições nas escolas para a vivência dos jovens e para a aprendizagem. A luta contra a lógica da austeridade na escola é uma luta central. É bem perceptível a política deste governo e de Nuno Crato: não há dinheiro para a escola pública, não porque Portugal não tenha forma de a sustentar, mas porque a prioridade passa por elitizar o próprio funcionamento do ensino em Portugal, daí a manutenção e o aprofundamento das parcerias e os investimentos em escolas privadas. Onde escolas básicas e secundárias hoje fecham, logo a seguir se assinam contratos e parcerias com escolas privadas do mesmo local para garantir que todos têm acesso ao ensino obrigatório. Mas desta vez sem que os regulamentos, os modos de ensino e as avaliações sejam escolhidos e decididos de forma democrática, perpetuando, muitas vezes, uma elitização económica e cultural da educação.

4. A formação profissionalizante tem sido um longo debate em Portugal e, reconhecemos a pertinência da sua existência e as suas potencialidades. Toda a atividade laboral deve ter direito à formação, já que ela reforça a segurança e a capacitação de quem trabalha. No entanto, não nos iludimos com o recente despertar do governo para esta área de formação nem tampouco alinhamos no populismo do “não precisamos de ser todos doutores”. Rejeitamos a via forçada para a formação profissional. Não nos opomos ao ensino profissional, mas somos contra a quotização de classe, em que os pobres são empurrados para cursos profissionais porque não têm dinheiro para pagar a frequência de estudos superiores ou porque a escola desiste de contrariar as expectativas diferenciadas, marca da estratificação social, impostas aos estudantes a partir da sua condição social. Para nós, os dois espaços de ensino devem coabitar na base da livre escolha e não por exclusão de partes por motivos económicos.

5. Um pilar da democratização da escola pública foi a sua massificação que permitiu alargar a possibilidade de acesso a toda a população, independentemente da sua origem social. Ainda assim, 38% da população em idade escolar não conclui o ensino secundário. Além de uma democratização inacabada no acesso, subsiste um atraso na democratização do sucesso: a escola continua uma instituição de reprodução das desigualdades, pensada por e para as classes dominantes, com a cultura e a linguagem dominantes. A democratização do sucesso é o maior desafio da escola pública. Uma escola democrática deve ser aquela que valoriza a cultura e os saberes dos estudantes, na qual o estudante é ativo e o professor tem a missão de dialogar num processo ensino-aprendizagem; uma escola aberta à comunidade, com bibliotecas abertas e com professores destacados para o apoio além do horário; uma escola capaz de integrar no currículo as questões da vida dos jovens estudantes. Caminha-se, no entanto, no sentido contrário, com a eliminação das disciplinas de área de projeto, de formação cívica e de educação sexual.

## **G. UM NOVO CICLO NO ENSINO SUPERIOR**

1. A estratégia dos ativistas do Bloco nas universidades deve procurar fortalecer a democracia no Ensino Superior público, o seu carácter igualitário, universal e de qualidade. O Bloco é contra a existência de propinas, por uma ação social justa e pela gestão democrática das instituições. O desafio que nos interpela deve ser o de procurar o melhor caminho para atingir esses objetivos.

2. A derrota do movimento estudantil contra as propinas nos anos 90 inaugurou um novo ciclo político no Ensino Superior e no movimento estudantil. A direita e as juventudes partidárias dos partidos do poder reorganizaram-se, tomaram as associações de estudantes, criaram redes de cacique e controlo das Associações e Federações e conseguiram conter o descontentamento estudantil, naturalizar a existência e os aumentos das propinas e inverter o centro da discussão para as bolsas de estudo. O aprofundamento da importância e da estrutura da praxe nas universidades contribuiu para a criação desta rede

de caciquismo, de ordeirização da contestação e de esvaziamento da política nas universidades.

3. O estado atual do Ensino Superior é o resultado de três tipos de políticas implementadas pelo PS e pelo PSD na última década: 1) Aumento exponencial de propinas, que já ultrapassam os 1.000 euros no 1º ciclo e estão em completo descontrolo no 2º ciclo, onde, por não terem um teto máximo, podem chegar a dezenas de milhares de euros; 2) Alargamento das bolsas para compensar o aumento das propinas nos primeiros anos e uma conseqüente redução generalizada nos anos seguintes, onde os cortes fazem com que os níveis de atribuição de bolsa se encontrem hoje semelhantes ao que tínhamos no início do anos 2000, apesar do número de estudantes ter aumentado, sendo que as bolsas só financiam um quarto das despesas e que as regras de atribuição de bolsa excluem deliberadamente os estudantes mais pobres das universidades; 3) Uma introdução e generalização dos empréstimos bancários como forma de compensar as despesas das propinas, os custos do ensino e a insuficiência das bolsas. O número de alunos do Ensino Superior que pediu empréstimo bancário aumentou de 1,6%, em 2004/2005, para 4,9%, no último ano letivo. Em média, o valor do empréstimo é de 9.851 euros. Segundo a SPGM, 12 mil estudantes já devem 200 milhões de euros à banca em empréstimos bancários para estudar.

4. A implantação do neoliberalismo em todos os domínios da sociedade faz-se sentir cada vez mais na universidade e no que esta representa. Assistimos hoje a uma mercantilização desenfreada do ensino. Se antes a universidade era não só um serviço mas um óbvio bem público que devia ser assegurado pelos apoios públicos, o Estado tem vindo a reduzir vertiginosamente o seu compromisso para com a educação e as universidades em particular. A diminuição do financiamento público para determinadas faculdades e áreas de ensino justifica-se pela sua natureza não lucrativa e não aplicável diretamente ao mercado de trabalho existente. A autonomia científica e pedagógica das universidades depende cada vez mais de exigências externas, a produção de pensamento crítico tão característica do espaço da universidade é hoje escassa e temos, assim, uni-

versidades maioritariamente colocadas ao serviço do mercado. A universidade não pode estar refém do mercado, queremos uma educação pública e sem contrapartidas. É urgente a luta por mais financiamento para a educação e para a investigação em todas as áreas de conhecimento - não só das ciências e tecnologias, mas também das artes e das ciências sociais -, por uma universidade ao serviço da educação que valorize a produção, o conhecimento e o pensamento crítico.

5. Para além dos óbvios encargos diretamente associados ao Ensino que não existiam até há bem pouco tempo atrás - a pesada propina de mil euros anuais -, os estudantes e as suas famílias enfrentam muitos mais encargos associados à sua frequência no Ensino Superior, que se tornam também mais insustentáveis de dia para dia. As residências universitárias para os estudantes deslocados são insuficientes, o que obriga à procura de outras modalidades de alojamento muito mais dispendiosas, e as refeições nas cantinas dos serviços de ação social aumentam constantemente de preço. Para além disso, o fim do passe social veio aumentar em 50% o encargo com as deslocções dos estudantes, o que para alguns se torna incomportável e dificulta ainda mais a sua frequência no Ensino Superior. Se antes da existência de propinas a ação social servia exatamente para apoiar os estudantes nestas despesas indiretas associadas à sua frequência, hoje em dia nem serve para pagar as propinas cada vez mais elevadas.

6. À medida que estas políticas foram implementadas, as direções de associações tomadas pelas jotas do poder foram construindo um discurso que afastava a discussão do seu fundamento político. O problema, para eles, passou a ser as questões técnicas e não as questões políticas relacionadas com o financiamento do Ensino Superior e o seu papel social. Os movimentos de contestação a estas políticas partiram sempre do esforço de centenas de militantes de esquerda que, pressionando direções e conquistando maiorias, conseguiram romper com o caciquismo e despolitizar o debate no movimento estudantil. Foi assim em dezenas de coletivos, em várias associações e na ação, por vezes difícil e isolada, dos militantes de esquerda nas universidades.

7. A racionalização é a agenda para diminuir os gastos no ensino superior público. A esquerda não recusa reformas, desde que tenham em conta a excelência dos critérios democráticos, como o não despedimento de pessoal e as especificidades para o desenvolvimento local de certos polos de ensino, nomeadamente no interior. No movimento associativo, enquanto se destroem direitos, se retira bolsas e se reduz o financiamento, a direita procura impor o debate sobre a racionalização. Não recusamos o debate, mas combatemos a agenda da direita que desvia o debate daquilo que é prioritário.

## **D. UM SETOR ESTUDANTIL PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE**

1. Ao longo da história, os estudantes emergiram várias vezes como protagonistas de movimentos de revolta contra o poder e as suas políticas. Além das políticas do ensino, as vidas dos estudantes são afetadas pelas questões da juventude (emancipação da família, habitação) assim como pela antecipação do negro cenário laboral. A sua posição para a contestação é privilegiada perante outros sectores. No entanto, os estudantes ainda não responderam ao agravamento das políticas para o ensino e à imposição da precariedade como modo de vida.

2. A necessidade central de criar esse protagonismo está na origem da criação do setor estudantil do Bloco. Concentramos a nossa energia na intervenção no espaço das escolas e do ensino superior. Essa intervenção passa por campanhas, debates, edição de materiais e sua distribuição e por uma intervenção muito mais articulada ao nível do movimento estudantil. Organizamo-nos em núcleos de estudantes do Bloco de Esquerda, que desde sempre foram espaço de encontro e de partilha de experiências. Porque socializam e politizam, esses núcleos são essenciais para nos dar força e organizar a intervenção nas escolas.

3. O setor estudantil concentra as suas energias no espaço das escolas. Aí, coordena intervenção setorial ampla e de movimento. Além disso, cabe ao setor estudantil levar para as escolas o conjunto dos temas que fazem a luta política da esquerda: o combate contra a exploração, contra todas as formas de

opressão e de injustiça e contra o conservadorismo. É com o que resultou melhor que devemos aprender: dinâmicas unitárias, campanhas temáticas, debates sobre os temas todos da política. É onde somos mais frágeis que devemos a partir de agora concentrar mais energias. A intervenção no secundário deve ser uma prioridade.

4. A organização do movimento contra a destruição da escola e da universidade pública deverá cada vez mais enquadrar-se no contexto de um combate global ao programa de austeridade. O combate à austeridade faz-se evidenciando as consequências graves dessa política no quotidiano dos estudantes. A consequência da austeridade são os cortes nas bolsas, o aumento das propinas, o subfinanciamento das instituições, o aumento de alunos por turma, a redução do passe escolar. As bandeiras de luta devem continuar a formar-se a partir da vivência das dificuldades mas cada vez mais relacionando discursiva e programaticamente com a estratégia austeritária da direita.

5. Os últimos dois anos evidenciaram que a aliança do setor estudantil com outros setores sociais (trabalhadores, precários, desempregados, etc.) contra as políticas de austeridade são condição necessária para o recrudescimento do movimento reivindicativo global e em especial do movimento estudantil. A participação massiva de estudantes na manifestação de 12 de Março, os esforços desenvolvidos por alguns estudantes das múltiplas faculdades, articulados com professores e funcionários, com vista à participação nas três greves gerais e por fim, a adesão de um número importante de estudantes à Greve Geral de 24 de Novembro de 2011, e a participação de várias Associações de Estudantes na manifestação da última greve geral espelham bem a importância decisiva destas alianças. Sem pretensões de controlo dos vários movimentos dos indignados e salvaguardando sempre as diferenças entre os setor estudantil e os restantes, os ativistas estudantis do Bloco participam e ajudam a dinamizar esses movimentos sempre que possível, envolvendo os problemas da escola e da universidade com os do mundo do trabalho e da precariedade, criando, assim, laços de solidariedade fundamentais para solidificar as alianças presentes e futuras na luta



de rua. Contrariando as teses isolacionistas de outras forças políticas de esquerda, o Bloco valoriza o trabalho unitário desenvolvido entre estudantes, trabalhadores, precários, desempregados e outros ativistas sociais na luta contra o governo da troika e as políticas de austeridade. Fá-lo não por questões tácitas passageiras, mas como opção estratégica fundamental, por considerar aquelas alianças decisivas para o processo de radicalização política não só no seio estudantil, mas em toda a sociedade.

6. Num contexto de intervenção externa, em que a troika determina as políticas e a austeridade é apresentada como o único caminho, é central o trabalho de desconstrução dos argumentos que sustentam a suposta inevitabilidade da destruição de direitos que está em curso. Seja na ideia de que não há dinheiro para a educação, de que os serviços públicos são um serviço para ser pago, de que o desemprego é uma questão individual e de “empreendedorismo” dos jovens (e não uma escolha da política económica), a luta pelas ideias é hoje mais importante do que nunca, em particular onde o conhecimento considerado legítimo se produz e difunde: o sistema de ensino. O setor estudantil tem nessa luta um papel absolutamente central.

7. Para a estratégia de reorganização do movimento estudantil, as associações de estudantes surgem como instrumentos prioritários. A disputa deste espaço através de listas é por si só um desafio e um processo de organização ímpar, uma aprendizagem muito válida de encontro e de politização que, num contexto de individualismo, não pode ser desperdiçada. A construção de listas devem procurar incluir todos os estudantes que se reconheçam num programa de contestação às políticas concretas do Ensino Superior, que sejam representativas da realidade da escola ou faculdade. A representação dos estudantes ao nível do movimento associativo é estratégica para uma resposta combativa às políticas liberais e conservadoras e para a recusa da política de austeridade. A esquerda nas universidades recusa a confortável posição do isolacionismo da militância mascarado de pureza revolucionária. Recusamos estarmos fechados em círculos próprios onde todos pensamos da mesma forma. A esquerda não ignora que o poder exista e não tem medo dele. Não

fugimos da necessidade de alterar o rumo do movimento associativo e estudantil e de o dirigir para a luta dos direitos. O desafio para a militância à esquerda é, por isso, o de querer transformar o poder, envolvendo maiorias sociais em torno de programas de defesa da universidade pública. É por isso que os coletivos, espaços fundamentais de discussão e politização do espaço da faculdade, terão tanta mais força quanto mais forças conseguirem juntar para disputar o poder e ter força para mudar a política em Portugal.

8. O Bloco de Esquerda tem ainda um longo caminho a percorrer na política de intervenção no ensino Secundário. Ao contrário do Superior, a troca de experiências neste setor é menor. Por não haver uma concentração de ativismos nas grandes cidades e por ser uma área na qual o Bloco tem apostado menos, é a altura de pensar e delinear um planeamento de ação política para o ensino Secundário. A natural escassez de ativistas no Secundário faz com que a estratégia passe, principalmente, por uma urgência de ampliação da nossa base militante em primeiro lugar nos concelhos onde o ativismo do Bloco já deu alguns passos importantes e, em segundo plano, visitando outros locais onde o partido ainda não possui quadros de ativistas nas escolas. A longo prazo, o objetivo é criar uma rede sólida de ativismo estudantil que passe pelo trabalho exercido pelos militantes do Bloco de Esquerda. Um dos principais desafios desta nova coordenadora de Estudantes e do nosso partido em geral para os próximos dois anos passará por uma campanha nacional virada para o ensino secundário com vista a reforçar o nosso ativismo neste sector e iniciar um novo ciclo político no ensino secundário em Portugal. Esta campanha incidirá inicialmente na dinamização de espaços de debate e reflexão nas escolas onde já temos ativistas, combinado com a distribuição de materiais de divulgação das políticas e propostas do bloco e, por fim, com a inclusão da nossa militância na dinamização de coletivos e listas para as associações de estudantes nas escolas onde isso for possível. Uma nova rede de militância no ensino secundário é uma prioridade para o Bloco de Esquerda.

9. Se o ativismo ligado às questões e às causas estudantis é uma questão estratégica fundamental, o

último ano mostrou-nos que experiências concretas que juntam e politizam estudantes em torno de outras causas, não diretamente ligadas às questões estudantis mas fazendo pontes, podem ter bons frutos. É portanto útil que se multipliquem espaços de politização nas faculdades em torno de todas as causas contra o conservadorismo, pelos direitos sociais e culturais, pelas liberdades individuais e coletivas ou pelos direitos humanos e dos animais.

10. A praxe é uma estrutura conservadora que reproduz várias formas de autoritarismo e opressão, como o machismo e a homofobia. Combatemos essa cultura de obediência à desigualdade, a estereótipos e a preconceitos. O objetivo de um militante de esquerda deve ser combater a sua influência. É essencial que se criem para isso espaços alternativos de integração que rompam com as suas lógicas. As AE's e os coletivos estudantis são bons instrumentos para isso. Este combate cultural faz-se criando mais espaços de cruzamento e relação entre todos os estudantes e não lógicas de isolamento. Em cada luta concreta, juntamos todos os que podem dar-lhe força. É assim na luta pelo financiamento, pela ação social ou pelas questões pedagógicas. Ao quebrar as lógicas de praxe em todos os processos políticos em que estamos envolvidos, seja na organização de um debate, seja numa lista ou em atividades de convívio e socialização, estamos a criar melhores condições para que os estudantes se organizem prioritariamente em função dos seus interesses e das suas lutas e não em torno de estruturas feitas de hierarquia e alienação.

11. A política nacional evoluirá vertiginosamente. Nos próximos dois anos a nossa intervenção poderá modificar pelo que deveremos estar atentos às possibilidades - reais, e não panfletárias - de radicalização do combate político. Mas qualquer modificação terá de ter base de sustentação no meio estudantil e essa escolha de intervenção não pode resultar do desespero e do agravamento das dificuldades. A urgência de organizar os estudantes para a luta política e para mudarmos de vida exige essa responsabilidade.

12. Os militantes de esquerda têm hoje todos os argumentos para inaugurar um novo ciclo político. O abandono escolar nas universidades é reconhecido

por toda a gente, as injustiças na atribuição de bolsa são unânimes entre os estudantes, as propinas estão em valores insuportáveis e o nível de endividamento dos estudantes atinge valores assustadores. Os estudantes do Bloco têm um papel fundamental na criação de um novo ciclo político de contestação e revitalização do movimento estudantil. Têm um papel já em algumas associações de estudantes, em diversos coletivos, movimentos e espaços de politização da universidade. Só ganhando mais Associações para a luta, multiplicando os coletivos e os espaços de intervenção alargada, fazendo pontes de unidade com todos os estudantes, de partidos ou não, que não se revêm no atual estado do Ensino Superior, é possível criar um novo polo político estudantil de oposição às delegações do governo e do poder que, no movimento associativo, tentam boicotar qualquer perspectiva de politização e contestação estudantil.

## **E. INICIATIVAS DE ENCONTRO E FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO BLOCO**

1. Os espaços como o Liberdade - acampamento de Jovens do Bloco -, o Inconformação e o Encontro de Ativistas, têm vindo a revelar-se como essenciais para a socialização e formação política dos jovens bloquistas. Têm o mérito de agregarem num espaço comum militantes dos mais diversos pontos do país, com as mais variadas experiências de ativismo político. Estes momentos políticos têm sido palco de aprendizagem, debate e criação de redes de relacionamento político. É essencial para o Bloco de Esquerda que estes espaços continuem a existir e que sejam concomitantemente aprofundados. Não é de menosprezar que as suas mais diversas edições tenham tido um balanço e um desfecho político bastante positivo. Têm sido os momentos chave de formação teórica para os jovens aderentes do partido/movimento, onde todas as dúvidas e discussões têm lugar, atravessando os mais diversos temas que queremos abordar enquanto jovens revolucionários. Por outro lado, são lapidares para a criação de espírito de corpo e para o arquitetar da identidade bloquista: pelo quê e como nos batemos.

2. Se os eventos nacionais têm contribuído para a formação e aprendizagem, falta-nos criar momen-

tos concertados e continuados de conjugação de teoria com prática. A criação de espaços de formação política, nas suas mais variadas ambivalências, é estruturante para um militante socialista enfrentar o bulldozer conservador que hoje nos procura paralisar a vida e o futuro. Entendemos ser tarefa desta nova Coordenadora articular-se com as mais diversas estruturas do Bloco, com especial incidência nas organizações locais de jovens estudantes, para a dinamização de debates e espaços de formação no seio do Bloco de Esquerda, de forma democrática, plural e descentralizada.

## **F. Programa**

- Continuação da organização do Acampamento Liberdade
- Campanha Nacional para o Ensino Secundário
- Produção de materiais para o Ensino Superior
- Continuação do Inconformação/Encontro de ativistas
- Criação de uma rede nacional de ativistas, de uma base de dados atualizada do setor e de espaços de comunicação e partilha de informação e experiência.
- Contato mensal com os estudantes de todos os distritos do país

## **SUBSCRITORES:**

Alexandra Ribeiro (Porto)  
Alexandre Carneiro (Braga)  
Amarilis Felizes (Porto)  
Ana Bárbara Pedrosa (Lisboa)  
Ana Miranda (Setúbal)  
Ana Rita Brito (Coimbra)  
Ana Rosa (Leiria)  
Ana Sartóris (Setúbal)  
Ana Morais (Coimbra)  
André Pena (Braga)  
André Pereira (Lisboa)  
André Rei (Coimbra)  
André Moreira (Porto)  
Andreia Alves (Coimbra)  
Bárbara Góis (Coimbra)  
Bruno Pacheco (Porto)  
Catarina Moura (Lisboa)  
Cláudia Campos (Viana do Castelo)  
Cláudio Gaspar (Coimbra)  
Cíntia Cardoso (Lisboa)  
Daniel Monteiro (Coimbra)  
Dalila Teixeira (Porto)  
Diogo Barbosa (Coimbra)  
Duarte Canotilho (Porto)  
Eduardo Marques (Viseu)  
Érica Postiço (Lisboa)  
Fabian Figueiredo (Coimbra)  
Francisco Noviais (Braga)  
Filipa Gonçalves (Lisboa)  
Gonçalo Cabral Ferreira (Porto)  
Gonçalo Pessa (Lisboa)  
Gonçalo Ribeiro (Lisboa)  
Hugo Ferreira (Coimbra)  
Isabel Pires (Lisboa)  
Inês Santos (Lisboa)  
Inês Ribeiro (Lisboa)  
Inês Grilo (Coimbra)  
Inês Gonçalves (Leiria)  
Leonardo Costa (Porto)  
Leonardo Torres (Coimbra)  
João Curvêlo (Lisboa)  
João Comes (Coimbra)  
João Mineiro (Lisboa)  
João Pedro Santos (Setúbal)  
José Miranda (Porto)  
José Soeiro (Porto)



Joseph Silva (Lisboa)  
Leonor Figueiredo (Porto)  
Luís Monteiro (Porto)  
Madalena Cabral Ferreira (Porto)  
Mariana Pereira (Porto)  
Mariana Pinho (Lisboa)  
Marina Silva (Lisboa)  
Mário Martins (Leiria)  
Miguel Heleno (Porto)  
Natacha Ferreira (Porto)  
Nuno Cardoso (Coimbra)  
Nuno Moniz (Porto)  
Moisés Regalado (Coimbra)  
Paulo Jorge Vieira (Lisboa)  
Pedro Martins (Coimbra)  
Ricardo Gouveia (Lisboa)  
Ricardo Sá Ferreira (Porto)  
Robert Junqueira (Coimbra)  
Rodrigo Rivera (Lisboa)  
Rui Antunes (Braga)  
Rute Simão (Coimbra)  
Sandra Cunha (Setúbal)  
Sara Santos (Porto)  
Sara Schuh (Lisboa)  
Sara Magalhães (Lisboa)  
Sérgio Cerqueira (Lisboa)  
Telmo Rodrigues (Lisboa)  
Tiago Acúrcio (Coimbra)  
Tiago Henriques (Braga)  
Tiago Silva (Coimbra)  
Vasco Dias (Lisboa)  
Valérie Branco (Coimbra)

## **Lista à II Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda**

### **Efetivos:**

João Mineiro (Lisboa)  
Luís Monteiro (Porto)  
Leonor Figueiredo (Porto)  
João Cosme (Coimbra)  
Gonçalo Cabral Ferreira (Porto)  
Inês Gonçalves (Leiria)  
Gonçalo Pessa (Lisboa)  
Eduardo Marques (Viseu/Aveiro)  
Sara Schuh (Lisboa)

### **Suplentes:**

Alexandre Carneiro (Braga)  
João Pedro Santos (Setúbal)  
Natacha Ferreira (Porto)  
André Rei (Coimbra)  
Inês Ribeiro (Lisboa)